

Razão e fé na *Suma de Teologia* de Sto. Tomás de Aquino

Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento

É bastante comum ouvir-se ou ler-se que o problema central do pensamento na Idade Média era o do acordo entre a fé e a razão. Com todo respeito, acho que não tem nada a ver. Isto vai permitir, quem sabe, percebermos melhor qual era o estilo do pensamento de Tomás, pelo menos se, em vez de falar de fé e razão, falarmos de alguém que é simultaneamente um crente, um fiel e que pensa, raciocina e entende. Como ficam então sua fé e sua razão?

Quando se percorre a história do encontro entre o cristianismo e a cultura grega desde os primeiros séculos de nossa era, é possível distinguir duas linhagens de cristãos: uns, desde Taciano (c. 120-) até Kierkegaard (1813-1855), para dizer o mínimo, propensos a acentuar a distância e mesmo a separação entre o cristianismo e o mundo ou a cultura profana. Outros, de Justino (c. 105-c.165) a, digamos, Hegel (1770-1839), inclinados a ver no cristianismo o ponto mais alto e a consumação do que a cultura não-cristã buscava um pouco às escuras. Tomás de Aquino faz parte, junto com muitos outros medievais, desta segunda linhagem, que teve no Ocidente um mestre incomparável em Aurélio Agostinho, quer dizer, santo Agostinho (354-430). Este formula a maneira de ser do cristão, que, ao mesmo tempo, tem a cultura de seu tempo, de modo que haja um entrelaçamento entre a cultura e a fé, isto é, de modo que as duas se deem as mãos, uma ajudando e reforçando a outra. É como se as duas dançassem em roda, ora uma estando antes da outra e depois esta antes da primeira. Agostinho falou disso em muitas passagens de suas obras, sermões e cartas, mas há um pequeno trecho do sermão 43, nº 9, que pode ser considerado um resumo particularmente feliz de seu pensamento. Agostinho está comentando um versículo do profeta Isaias (7, 9) em sua tradução para o latim: “Se não credes não entendereis”. Ora, Agostinho constata que, se todos querem entender, nem todos querem crer; então o seu interlocutor poderia retrucar: “entenda eu e crerei”. Em vez de recusar a atitude deste, Agostinho propõe um acordo:

Logo, é em parte verdade o que diz: “Entenda eu para crer”, e também o que eu digo com o profeta: “Antes crê para que entendas”. Dizemos a verdade, ponhamonos de acordo; portanto: “Entende para crer e crê para entender”. Direi, bem resumidamente, como aceitaremos a ambos, sem discussão: Entende minha

palavra para crer; crê na palavra de Deus para entender.

Agostinho põe, assim, em relevo a interação entre fé e razão no fiel. De um lado ele crê porque percebe que é racional crer ainda que não o entenda. Mas, uma vez aceito o que de início não se entende, é preciso procurar entendê-lo. Assim sendo, a razão leva à fé e a fé leva à razão, num processo que só terá fim na visão face a face dos bem-aventurados:

“Buscai o Senhor e para que logo o acheis, invocai-o e, quando se aproximar de vós, deixe o ímpio seus caminhos e o homem iníquo seus pensamentos” (Isaias, 55, 6-7). Portanto, se procurado, pode ser encontrado, porque foi dito: “buscai sempre sua face” (Salmo 104, 4). Acaso, se também, encontrado, deve ser procurado? De fato, assim deve ser procurado o incompreensível, para que não julgue que não encontrou nada, quem puder descobrir quão incompreensível é o que buscava. Por que, então, assim procura, se compreende que é incompreensível o que procura, a não ser porque não deve parar enquanto progride na própria indagação das coisas incompreensíveis e passa de melhor a melhor, buscando tão grande bem que tanto se busca como devendo ser encontrado, quanto se encontra como devendo ser buscado?

Pois, tanto é buscado para que seja encontrado mais agradavelmente, quanto é encontrado para que seja procurado mais avidamente. Pode ser tomado, de acordo com isto, o que está dito, no livro do Eclesiástico (24, 29), que a sabedoria diz: “os que me comem, ainda terão fome e os que me bebem, ainda terão sede”. De fato, comem e bebem porque encontram e porque têm fome e sede, ainda buscam. A fé busca, o intelecto encontra; pelo que, diz o profeta: “se não crerdes, não entenderéis” (Isaias 7, 9). E de novo, o intelecto busca ainda o que encontra: com efeito, “Deus olhou sobre os filhos dos homens para ver se há um que entenda ou busque a Deus”, como se canta no Salmo (13,2). Portanto, é para isso que o homem deve ser entendedor, para que busque a Deus. (*Sobre a Trindade*, XV, II, 2)

O equivalente em Tomás se encontra em duas passagens da *Suma*: I^a, q. 1, a. 1 e II^aII^{ae}, q. 2, a. 10.

No primeiro artigo da questão primeira da primeira parte da *Suma*, Tomás procura responder à primeira pergunta a propósito de qualquer assunto, isto é, a pergunta pela existência. Aqui, pretendendo iniciar a apresentação do ensinamento cristão, quer dizer, da doutrina cristã ou da doutrina sagrada, cabe, portanto, perguntar

e responder pela existência da mesma. Isto se faz, perguntando pela necessidade de tal doutrina: “Se é necessário haver, além das disciplinas investigadas pela razão humana, uma outra doutrina”¹. A resposta de Tomás é direta e clara: suposto que os humanos são orientados para Deus como sua meta, que ultrapassa a compreensão da razão, e que a meta deve ser previamente conhecida por eles para que possam orientar para ela suas intenções e ações, conclui-se que é necessário para a salvação dos humanos que se tornasse conhecido deles, por revelação divina, algo que ultrapassa a razão humana. Tomás acrescenta ainda que, mesmo naquilo que pode ser investigado pela razão humana sobre Deus, os humanos necessitam de serem instruídos pela revelação divina. Pois, a verdade sobre Deus, investigada pela razão humana, só se manifesta a poucos, depois de um longo tempo e misturada com muitos erros. Ora, do conhecimento de tal verdade depende toda a salvação dos humanos que se encontra em Deus. Daí que seja necessário serem instruídos sobre o que se refere a Deus por revelação divina, para que a salvação chegasse aos humanos, tanto de modo mais adequado quanto com mais certeza. Apresentadas estas duas razões, Tomás retoma sua conclusão: “Foi, portanto, necessário que, além das disciplinas investigadas pela razão humana, houvesse, por revelação, uma doutrina sagrada”.

Tomás está, assim, procurando mostrar que é razoável e mesmo necessário que ultrapassemos aquilo que podemos conhecer por nosso próprio esforço e recebamos do próprio Deus um ensinamento, se é que pretendemos atingir nossa meta final, a beatitude, a felicidade perfeita e acabada, na visão do próprio Deus. Nos termos de santo Agostinho, “entende para crer”.

Mas não é ainda tudo. No texto da II^aII^{ae}, q. 2, a.10, Tomás vai retomar a segunda parte do mote agostiniano, “crê para entender”, além de reafirmar o que já havia dito no começo da *Suma*. A pergunta do artigo é sobre “se a razão humana diminui o mérito da fé”. Três argumentos apoiam a resposta afirmativa. Uma citação de São Gregório Magno, que afirma: “a fé, à qual a razão humana fornece a prova, não tem mérito”. Em segundo lugar, faz parte da própria fé, que ela seja a respeito do que não é manifesto. Ora, quanto mais razões forem apresentadas para algo, tanto mais não será não-manifesto. Logo, a razão humana a favor da fé, diminui a própria fé e seu eventual mérito. O terceiro argumento recorre a um princípio geral: os

¹ Ao pé da letra “disciplinas filosófica”. A filosofia no século XIII é considerada como abarcando todas as ciências humanas teóricas (ciências da natureza, matemática e metafísica), como práticas (governo da casa ou economia, ética e política), bem como produtivas (as técnicas).

contrários têm causas contrárias. Ora, o que acontece de contrário à fé, como a perseguição ou argumentos contra ela, aumenta a fé. Então, um argumento a favor da fé, a diminui. Contrariamente a esses argumentos, Tomás cita a 1ª Carta de Pedro (3, 15): “Preparados sempre para a satisfação a todo que vos pede a razão da fé e esperança que há em vós”. Ora, o apóstolo não recomendaria isso se se tratasse de algo que diminuísse a fé e seu mérito.

A resposta de Tomás relembra em primeiro lugar que o ato de fé pode ser meritório por ser um ato voluntário bom, isto é, uma decisão livre sob o impulso da graça. Ora, há na fé uma dupla participação da vontade. Por um lado, no que diz respeito ao exercício do ato, quer dizer, quanto à decisão de crer. Por outro lado, quanto ao assentimento, concordância ou adesão da inteligência ao que é proposto como objeto de fé, como devendo ser crido, pois se trata de algo sobre o qual não se pode ter evidência racional. Tomás examina, então, duas situações da razão relativamente à vontade daquele que crê. Numa primeira, a razão precede a vontade. Aqui, seria ainda preciso, ter em conta o que vai ser dito na resposta ao segundo argumento que procurava provar que a razão diminui o mérito da fé. Na verdade, a razão que precede a vontade de crer pode se referir à razoabilidade do ato de crer ou àquilo mesmo em que se crê. A razão referente à razoabilidade da fé pode até ter o caráter de demonstração. Mas esta evidência não acarreta necessariamente a crença ou o ato de fé no que é em si objeto de fé, como a Trindade, a Encarnação do Verbo e os Sacramentos da fé. Há sempre uma distância entre mostrar que o que é proposto como objeto de fé não é impossível ou é até mesmo adequado e demonstrar de maneira evidente isto mesmo que se aceita pela fé. Caso esta segunda hipótese se realizasse, não teríamos mais fé, mas conhecimento racional puro e simples. Tomás considera que isto pode se dar em relação, por exemplo, à afirmação de que há um Deus ou de que a alma humana não está sujeita a desaparecer com a morte corporal. Mas, estes casos não são, para Tomás, a falar apropriadamente, “artigos de fé”, mas “preâmbulos da fé”, ou seja, não são objetos estritos de fé, mas preparações ou encaminhamentos para a fé.

A segunda situação é quando a razão vem depois da vontade de crer. Vale a pena transcrever novamente o próprio texto de Tomás:

de fato, quando alguém tem pronta vontade para crer, ama a verdade em que crê, perscruta-a e abraça para isso as razões que acaso possa descobrir; quanto a isso, a

razão humana não exclui o mérito da fé, mas é sintoma de maior mérito.

Pois, essa razão é gerada pela fé e manifesta o vigor desta última. A frase de São Gregório Magno deve ser entendida como se referindo a alguém que não quisesse crer senão por causa das razões apresentadas. Então não se teria fé. Quanto ao terceiro argumento, Tomás relembra que a dificuldade (perseguição ou argumentos contra o que se crê) não é causa direta da fé, mas apenas uma ocasião desta se manifestar: as perseguições e argumentações contra a fé mostram que aqueles que se mantêm fiéis têm uma vontade firme de crer, que se apoia nos argumentos de credibilidade e sobretudo na revelação de Deus, fruto de sua ciência infalível, e que ainda transborda na meditação saborosa sobre aquilo em que eles crêem e que esperam ardentemente, um dia, ver.

Além dos textos de Sto. Agostinho e de Tomás de Aquino, foram utilizados:

Novaes Filho, M. A. *A razão em exercício: estudos sobre a filosofia de Agostinho*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007, parte I, cap. 2, p. 93-127, Fé e razão; Catão, F. A. A encíclica *Fides et ratio*: uma questão atual? Em Saviam Filho, J. *Fé e Razão: Uma questão atual?* São Paulo: Loyola, 2005, p. 114-130.

Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento

- Ph.D. (estudos Medievais) pela Universidade de Montreal
- Professor Titular Aposentado do IFCH – Unicamp
- Professor Assistente-doutor do Dep. De Filosofia – PUC-SP
- Publicou estudos e traduções de pensadores medievais e Galileu, dentre os quais *De Tomás de Aquino a Galileu*. Campinas: IFCH-Unicamp, 1998, 2ª ed.